



**ATA N.º 97**

**07-07-2021**

*[Handwritten signatures in blue ink]*

Aos sete dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a nonagésima sétima reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas e Maria Jacinta Cardoso Grilo. -----  
Faltou a esta reunião a Vereadora Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos por se encontrar em gozo de férias. -----

Participou também nos trabalhos o Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, em regime de substituição, Vitor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação. -----

Esteve também presente o Coordenador Técnico José Francisco Ribeiro Roque, trabalhador designado para secretariar as reuniões do Órgão Executivo Colegial.-----  
A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois dos membros da Câmara em cima enunciados terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

**1. JACINTA CUSTÓDIA PARREIRINHA BATISTA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 51/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Jacinta Custódia Parreirinha Batista. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

**2. ALBERTINA MARIA MORGADO MARQUES MIRA. APOIOS SOCIAIS. ALIMENTAÇÃO.** -

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 52/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, nos termos do disposto na alínea v) n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, em articulação com a alínea j) do n.º 1 do art.º 2, nos n.º(s) 1, 2 e 3 do art.º 3.º em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14.º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais, o pedido de apoio para alimentação no valor de € 50,00, formulado pela Sr.ª Albertina Maria Morgado Marques Mira. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º



75/2013, de 12/09, que determina que *“Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

### 3. TERESA ISABEL CARDOSO FITAS. APOIOS SOCIAIS. ÓCULOS. -----

Solicitou a Sr.ª Teresa Isabel Cardodo Fitas, em virtude de se encontrar a viver uma situação financeira muito vulnerável, apoio para aquisição de uns óculos. -----

A Câmara, por maioria, com os votos contra dos vereadores do PS, em sintonia com idênticas tomadas de decisão sobre esta matéria, tendo o Presidente da Câmara usado do voto de qualidade, com base na Informação n.º 53/2021, do Serviço de Ação Social e Saúde, atendendo à situação explanada, e ao facto da munícipe reunir os requisitos para poder ser apoiada no âmbito dos Apoios Sociais, designadamente, os constantes na alínea j) do n.º 1 do art.º 2.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do art.º 3 em sintonia com o n.º 1, n.º 2 e alínea b) do n.º 4 do art.º 14, deliberou conceder um apoio para aquisição dos óculos, no valor de € 372,98. -----

### 4. AGC - ASSOCIAÇÃO GALGUEIRA DE CUBA. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE MATERIAL. PEDIDO DE LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DE DUAS PROVAS DE CORRIDAS DE GALGOS. PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 33/2021, da Subunidade Administrativa, enquadrando o pedido em título: -----

Solicita a AGC para além da autorização para realização de duas provas de corrida de galgos, nos dias 10 e 24 de julho de 2021, no horário compreendido entre as 17,00 e as 00,00 horas, o apoio logístico habitual que permita essa realização e, ainda, a isenção do pagamento das taxas correspondentes. -----

Do enquadramento da pretensão resulta o seguinte: -----

a) O Licenciamento da prova: Está previsto no art.º 29.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, na redação atual. -----

*O Licenciamento do exercício da atividade de realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos dependem de licenciamento da câmara*

municipal, salvo quando tais atividades decorram em recintos já licenciados pela Direção-Geral dos Espetáculos, no entanto, face ao Estado de emergência decretado para o País, só podem ser autorizadas corridas de galgos em contexto competitivo, sem presença de público e com observância das orientações definidas pela DGS. -----

b) A cedência de material: De acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal”. -----

c) A Licença especial de ruído: De acordo com o disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08, o exercício de atividades ruidosas temporárias pode ser autorizado em casos excecionais e devidamente justificados, mediante emissão de licença especial de ruído concedida pelo município. -----

d) A Isenção do pagamento de taxas: Refere o n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que, as isenções e reduções são concedidas por deliberação da Câmara Municipal, oficiosamente quando reconheça o interesse municipal da atividade ou mediante requerimento dos interessados devidamente instruído e fundamentado. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

(1) Autorizar a realização das provas, em observância das orientações definidas pela DGS; -----

(1.1) Emitir as licenças Especiais de ruído, de acordo disposto no n.º 15.º do Decreto-Lei n.º 9/2007, de 19/01, com as alterações do Decreto-Lei n.º 278/2007 de 01/08; ---

(1.2) Isentar do pagamento de taxas em 50%, nos termos do n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba, sendo de € 17,44, o valor total das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção. -----

(1.3) Tomar conhecimento da cedência do material que, sendo competência da Câmara, foi a mesma delegada no Presidente. -----





**5. SPORTING CLUBE DE CUBA. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E ISENÇÃO DE TAXAS.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido do Sporting Clube de Cuba, autorizou a emissão de uma licença especial de ruído para realização de uma atividade de música ao vivo, em local ao ar livre na sede da coletividade, em Cuba, nos dias 3 e 4 de julho de 2021, no horário compreendido entre as 19,00 horas e a 1,00 hora, assim como a redução das taxas devidas a 50% do seu valor. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

Mais deliberou a Câmara registar que o evento não se realizou atendendo ao parecer negativo emitido pela DGS. -----

Deliberou ainda determinar aos serviços competentes a devolução das verbas entretanto liquidadas. -----

**6. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – EXTENSÃO DO APOIO EM CANTINA ESCOLAR E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA MENSALIDADE PARA O DEVIDO ACOMPANHAMENTO NO PERÍODO DO ALMOÇO AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DE VILA RUIVA, INTEGRADOS NO PRIMEIRO ESCALÃO DE RENDIMENTOS DOS APOIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, ISTO É NO 1.º ESCALÃO DO ABONO DE FAMÍLIA, MATRICULADOS NA ESCOLA SEDE DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CUBA, POR MOTIVO DE ENCERRAMENTO DO POLO ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DE VILA RUIVA – ANO LETIVO 2021/2022.**

Foi presente à Câmara a informação n.º 14/2021, do SAE, cujo conteúdo se transcreve: *“Na sequência da decisão proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja relativamente ao encerramento da Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Vila Ruiva, com efeitos no ano letivo 2014/2015, os alunos deste Ciclo nesta freguesia fazem a sua matrícula e frequência na Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba.* -----

Por se tratar de alunos com idades variadas entre os 6 e os 10 anos, que pela tenra

idade dos mais novos e pela deslocação diária, necessitam de uma integração e acompanhamento na escola sede; -----

À semelhança dos cinco últimos anos letivos, a Câmara deverá pronunciar-se sobre a extensão da continuidade do apoio em cantina escolar e da isenção da comparticipação familiar pelo devido acompanhamento durante o período do almoço para os alunos do 1.º ciclo da freguesia de Vila Ruiva que frequentarem a Escola Básica Fialho de Almeida em Cuba, nas mesmas condições de apoio dos alunos do ensino pré-escolar do polo de Vila Ruiva: -----

“(…) de forma a prestar apoio aos que mais carecem, com vista a combater a exclusão social, o abandono escolar e a promover a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, poderá para a ano letivo 2020/2021 dar-se continuidade à medida de ação social que vigorou no ano letivo anterior, para os alunos integrados no primeiro escalão de rendimentos dos Apoios de Ação Social Escolar, isto é no 1.º escalão do Abono de Família, desde que os pedidos sejam apresentados pelos encarregados de educação, nas seguintes condições: -----

- Escola B1 e/ou JI dos Polos das Freguesias – atendendo às características que o serviço de refeições assume nestas escolas propõe-se continuidade da isenção do pagamento da componente familiar relativa ao acompanhamento durante a hora de almoço para os alunos do pré-escolar e do primeiro ciclo.(…)” -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas pela alínea hh) do n.º 1, do art. 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, em matéria de Ação Social Escolar de forma assegurar o fornecimento de uma refeição diária aos alunos integrados no 1.º escalão do abono de família no sentido de promover um melhor desenvolvimento integral das crianças e o seu aproveitamento, deliberou determinar a continuidade do deferimento, a título excecional, para o apoio em cantina escolar e a isenção da comparticipação familiar pelo devido acompanhamento durante o período do almoço no ano letivo 2021/2022, aos alunos integrados no primeiro escalão de rendimentos dos Apoios de Ação Social Escolar, isto é no 1.º escalão do Abono de Família, desde que os pedidos sejam apresentados pelos encarregados de educação, e que os alunos se encontrem matriculados no 1.º ciclo do Ensino Básico, na escola sede do Agrupamento de Escolas de Cuba, por força do



encerramento da Escola EB1 de Vila Ruiva. -----

**7. REVISÃO DOS VALORES MENSAIS DA COMPARTICIPAÇÃO FAMILIAR DOS SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF/CAF) DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO - ANO LETIVO 2021/2022.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 15/2021, do SAE, cujo conteúdo se transcreve: “De acordo com o Regulamento das Atividades de Componente de Apoio à Família em vigor, prevê o mesmo no seu art. 15.º que os valores mensais da comparticipação Familiar, sejam revistos em reunião de Câmara antes do início de cada ano letivo, tendo como referência o valor da RMMG - Remuneração Mínima Mensal Garantida, em vigor, à data. -----

Atualmente o valor da Remuneração Mínima Mensal Garantida, para o ano 2021 é de 665€, valor que sofreu alterações em relação ao ano anterior; -----

Atendendo à alteração do valor da RMMG e à devida percentagem de indexação, os montantes relativos aos limites do rendimento *per capita* do agregado para efeitos de valor de comparticipação mensal, sofreram atualização; -----

Assim, os valores mensais da comparticipação familiar previstos para o Serviço de Apoio à Família – AAAF/CAF (acompanhamento no período da refeição e prolongamento do horário) da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, a vigorar durante o ano letivo 2021/2022, irão manter-se, tendo sido apenas atualizados os montantes relativos aos limites do rendimento *per capita* do agregado familiar, conforme consta na tabela, em anexo. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas, relativamente aos valores mensais da comparticipação familiar do Serviço de Apoio à Família (AAAF/CAF) da Educação Pré-escolar e 1.º Ciclo para o Ano letivo 2021/2022, ao abrigo do art.15.º do Regulamento das Atividades de Componente de Apoio à Família, deliberou manter os valores mensais da comparticipação familiar/mensalidade. -----

Escalões de Rendimento *per capita* e Valor Mensal da Comparticipação Familiar (Artº. 15º, nº1)

Ano Letivo 2021/2022

Escalões	Indexação à RMMG	Limites do Rendimento <i>per capita</i>	Valor da Mensalidade
I	Até 30% do RMMG	Até 199,50€	20,00 €
II	>30% até 50% do RMMG	>199,50€ até 332,50€	25,00 €
III	>50%até 70% do RMMG	> 332,50€ até 465,50€	30,00 €
IV	>70% até 100% do RMMG	>465,50€ até 665€	35,00 €
V	>100%até 150%do RMMG	>665,00€ até 997,50€	40,00 €
VI	>de 150% do RMMG	>997,50 €	50,00 €

(RMMG – Remuneração Mínima Mensal Garantida) RMMG em 2021: 665,00 €

#### 8. IFAP, I.P. - REGIME ESCOLAR – FRUTA. PROPOSTA DE CONTINUAÇÃO DO REGIME ESCOLAR PARA O ANO LETIVO 2021/2022. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 16/2021, do SAE, cujo conteúdo se transcreve: "Com o objetivo de promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos de saúde associados a regimes alimentares menos saudáveis, não substituindo programas já existentes, como o do leite escolar, a distribuição de fruta nas refeições escolares, entre outros, o Município de Cuba, aderiu ao Regime de Fruta Escolar logo no seu início e já conta com 10 execuções, que foram sempre aprovadas pelo IFAP, I.P.. -----

O Regime Escolar é aplicável aos estabelecimentos de ensino público dos agrupamentos de escolas do Continente e das Regiões Autónomas e abrange os alunos que frequentam o pré-escolar e 1º ciclo no que se refere ao leite, e apenas os alunos do 1º ciclo no que respeita à fruta e produtos hortícolas. -----

O Regime Escolar prevê, com carácter de obrigatoriedade, a aplicação de medidas educativas de acompanhamento acessíveis a todos os alunos nos estabelecimentos de ensino, que visam promover o aumento do consumo de fruta, produtos hortícolas e leite junto da população escolar, a aproximação das crianças à agricultura, a promoção de hábitos alimentares saudáveis e a educação relativamente as questões conexas, como sejam as cadeias alimentares locais, a agricultura biológica, a produção sustentável ou o combate ao desperdício de alimentos. -----

As regras nacionais do regime de ajuda comunitária à distribuição de fruta, produtos



hortícolas e bananas aos alunos dos estabelecimentos de ensino (Regime Escolar) estão definidas na portaria n.º 113/2018, de 30 de abril. -----

Este Programa é desenvolvido em estreita articulação com o Agrupamento de Escolas de Cuba. -----

Relativamente à cabimentação e respetivo compromisso da despesa a efetuar com o Programa para 2021/2022, salvo melhor opinião, será de aferir *a posteriori*, em caso de execução do Programa. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas deliberou aprovar a proposta de continuação do Regime Escolar – Fruta, para o ano letivo 2021/2022, e posterior pedido de Ajuda ao IFAP, I.P. para a distribuição de fruta, produtos hortícolas e bananas e mais medidas escolares em conformidade com a informação prestada, para os alunos dos estabelecimentos de Ensino do 1.º Ciclo, do Agrupamento de Escolas de Cuba. -----

**9. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL NOS MESES DE JULHO E AGOSTO. ENCERRAMENTO AOS SÁBADOS. HORÁRIO DIÁRIO DAS 9,00H ÀS 19,00H DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Senhor Presidente que deferiu, com base na Informação n.º 1/2021, do Serviço de Biblioteca Escolar, a proposta de alteração do horário de funcionamento da Biblioteca Escolar nos meses de julho e agosto, com encerramento aos sábados e horário diário das 9,00 h às 19,00 h, de segunda a sexta-feira. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, que determina que “*Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade*”, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. ---

**10. MANUEL RUI DE SOUSA BEXIGA. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DO ALTO DA BICA, N.º 3, EM CUBA. ---**

Solicita o Sr. Manuel Rui de Sousa Bexiga, consumidor de água e arrendatário no prédio

supra referido, cujo titular do contrato é o Sr. Tomás Francisco Hipotecas Nero, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia de € 294,62, proveniente de consumo no local indicado, que se encontra em dívida e em processo de execução fiscal, em 5 prestações mensais, dado que, de momento, atendendo ao investimento não tem condições para efetuar o pagamento na totalidade. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a informação n.º 34/2021, da SA e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão do requerente possibilitando o pagamento em prestações conforme simulação anexa, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

#### **11. PROJETO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (CMDFCI) – REMISSÃO PARA REUNIÃO E CÂMARA. ---**

Ao longo dos últimos anos foi necessário, em virtude das alterações promovidas a nível legislativo no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), reformular os Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) e, por consequência, o funcionamento das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndio (CMDFCI), nas quais foram introduzidas algumas alterações no seu funcionamento. -----

É, neste sentido, que após a revisão do PMDFCI do Concelho de Cuba, processo concluído no ano de 2020, procurou o Município proceder à atualização do Regimento da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios resultando numa proposta que se remete, em anexo, para aprovação em sede de Reunião de Câmara, proposta esta, que visa revogar o Regulamento de Organização e Funcionamento anterior, em anexo, que se encontra em vigor na presente data. -----

A Câmara, por unanimidade, no uso das competências que lhe são cometidas pelo art.º 33.º n.º 1 al. K) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne a Regulamentos Internos, em articulação com o art.º 3-D do Dec. Lei n.º 124/2006, de 28 de julho, que determina a composição das Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, deliberou aprovar a projeto de regimento anexo e remeter o mesmo para apreciação e votação pela CMDFCI, que em caso de aprovação



por parte deste órgão, entrará imediatamente em vigor. -----  
Mais deliberou a Câmara, ao abrigo dos mesmos normativos legais, revogar o  
Regimento que até aqui se encontrava em vigor, cuja cópia se anexa. -----

## **REGIMENTO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DO CONCELHO DE CUBA**

### **Preâmbulo**

O Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua redação atual entende a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios como uma estrutura de articulação, planeamento e ação tendo como missão a coordenação de programas de defesa da floresta no âmbito municipal.

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 1.º Conceito**

A Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, adiante designada por Comissão, é uma estrutura de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre todas as estruturas que, na área do Município, possuem intervenções ou se encontram envolvidas na prevenção e combate aos incêndios florestais.

##### **Artigo 2.º Atribuições e competências**

Constituem atribuições e competências da Comissão:

Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da área geográfica do concelho de Cuba;  
Avaliar e emitir parecer sobre o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vulgo PMDFCI;  
Avaliar e emitir parecer sobre o Plano Operacional Municipal, vulgo POM;  
Propor projetos de investimento na prevenção e proteção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis;  
Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela Câmara Municipal;  
Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal;  
Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.;  
Promover ao nível das Unidades Locais de Proteção Civil (ULPC), a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa da floresta contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, com a finalidade de, atuar em condições de segurança;

Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;

Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;

Colaborar na divulgação de avisos às populações;

Avaliar os planos de fogo controlado que lhes forem apresentados pelas Entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado,

Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta;

Emitir os pareceres previstos no Artigo 16.º, nomeadamente sobre as medidas de minimização do perigo de incêndio, incluindo as medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo;

Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível.

## **CAPÍTULO II**

### **Organização e funcionamento**

#### **SECÇÃO I**

#### **Da composição e presidência**

##### **Artigo 3.º Composição**

Integram a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- I. Presidente da Câmara Municipal de Cuba, ou seu representante, que preside;
- II. O(s) representante(s) das Freguesias do Concelho designado pela Assembleia Municipal;
- III. Um representante do Instituto ICNF, I.P.;
- IV. Um representante do Serviço Municipal de Proteção Civil;
- V. Um representante da GNR;
- VI. Um representante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Cuba
- VII. Um representante da Autoridade Florestal Nacional;
- VIII. Um representante da IP, S.A.;
- IX. Um representante do IMT, I.P.;
- X. Dois representantes do concessionário de distribuição e transporte de energia elétrica (EDP e REN), respetivamente;
- XI. Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão.

##### **Artigo 4.º Presidência**

- I. A Comissão é presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Cuba ou por representante, por si designado;
- II. Compete ao Presidente abrir e encerrar as reuniões e dirigir os respetivos trabalhos, podendo ainda, suspendê-las antecipadamente, quando circunstâncias excecionais assim o justificarem;
- III. O Presidente é coadjuvado no exercício das suas funções por um secretário, eleito de entre os membros da Comissão;



- IV. O Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos, por um dos Vereadores, por ele designado para esse efeito.

## **SECÇÃO II**

### **Das reuniões**

#### **Artigo 5. ° Periodicidade e local das reuniões**

- I. A Comissão reúne ordinariamente três vezes por ano, no 1° trimestre do ano, antes do início do Período Crítico e após o término do referido Período;
- II. As reuniões realizam-se no Edifício Sede dos Paços do Concelho ou por decisão do Presidente, em qualquer outro local do território municipal.

#### **Artigo 6. ° Convocação das reuniões**

- I. As reuniões são convocadas pelo Presidente, com antecedência mínima de 10 dias, constando da respetiva convocatória o dia e a hora em que esta se realizará;
- II. Em caso de alteração do local de reunião, deve o Presidente, na convocatória, indicar o novo local.

#### **Artigo 7. ° Reuniões Extraordinárias**

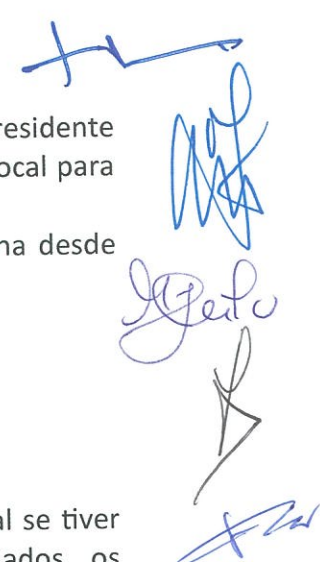
- I. As reuniões extraordinárias terão lugar mediante convocação escrita do Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de pelo menos um terço dos seus membros, devendo neste caso, o respetivo requerimento conter a indicação do assunto que se deseja ver tratado;
- II. As reuniões extraordinárias poderão ser ainda convocadas a requerimento da Assembleia Municipal ou da Câmara Municipal;
- III. A convocatória da reunião deve ser feita para um dos 15 dias seguintes à apresentação do pedido, mas sempre com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião extraordinária;
- IV. Da convocatória devem constar, de forma expressa e especificada, os assuntos a tratar na reunião.

#### **Artigo 8. ° Ordem do dia**

- I. Cada reunião terá uma ordem do dia estabelecida pelo Presidente;
- II. O Presidente deve incluir na ordem do dia os assuntos que para esse fim lhe forem indicados por qualquer membro da Comissão, desde que se incluam na respetiva competência e o pedido seja apresentado por escrito com a antecedência mínima de 3 dias sobre a data da convocação da reunião;
- III. A ordem do dia deve ser entregue a todos os membros da Comissão com a antecedência de, pelo menos, cinco dias sobre a data da reunião;
- IV. Em cada reunião ordinária haverá um período de antes da ordem do dia, que não poderá exceder os sessenta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem do dia.

#### **Artigo 9. ° Quórum**

- I. A Comissão funciona com a presença da maioria dos seus membros;

- 
- II. Passados trinta minutos sem que haja quórum de funcionamento, o Presidente dará a reunião como encerrada, fixando desde logo o dia, a hora e o local para nova reunião;
- III. No caso previsto na parte final do número anterior, a Comissão funciona desde que esteja presente um terço dos seus membros.

### **SECÇÃO III**

#### **Das atas**

#### **Artigo 10.º Atas das reuniões**

- I. De cada reunião será lavrada ata na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente as faltas verificadas, os assuntos apreciados, os pareceres emitidos, o resultado das votações e as declarações de voto;
- II. As atas são postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte;
- III. As deliberações da Comissão, para tomarem eficácia imediata, podem ser aprovadas em minuta, no final da reunião;
- IV. As atas serão elaboradas sob a responsabilidade do secretário, o qual, após a sua aprovação, as assinará conjuntamente com o Presidente;
- V. Qualquer membro ausente na reunião de aprovação de uma ata donde constem ou se omitam tomadas de posição suas pode posteriormente juntar à mesma uma declaração sobre o assunto.

### **CAPÍTULO III**

#### **Disposições finais**

#### **Artigo 11.º Duração do mandato**

O mandato dos membros da Comissão Municipal tem a duração do mandato autárquico.

#### **Artigo 12.º Apoio técnico e administrativo**

O apoio técnico e administrativo às Comissões é assegurado pelos serviços municipais.

#### **Artigo 13.º Casos omissos**

Quaisquer dúvidas que surjam na interpretação deste Regimento, ou perante casos omissos, a dúvida ou omissões serão resolvidas pelo Presidente da Câmara Municipal ou seu Representante legal.

#### **Artigo 14.º Produção de efeitos**

O presente Regimento produz efeitos logo após a sua aprovação pela Comissão.

-----

**12. PLANO DE ORDENAMENTO DA ALBUFEIRA DE ALVITO. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO DO POAA NO PDM DO CONCELHO DE CUBA EM SINTONIA COM O ART.º 29.º DA LEI N.º 31/2014, DE 30 DE MAIO, NA REDAÇÃO DE DEC. LEI N.º 3/2021, DE 27**



DE JANEIRO. APRECIACÃO E VOTAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL. REMESSA PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DA CCDR ALENTEJO. PUBLICIDADE E DEPÓSITO NA SSAIGT E NO DRE. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 42/2021, do Chefe da UAJDCS, cujo conteúdo se transcreve: -----

“Com a publicação da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, que veio implementar a nova Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, estipulou-se no seu art.º 78.º o seguinte:

**Artigo 78.º**  
**Planos especiais**

*1 - O conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território em vigor deve ser transposto, nos termos da lei, para o plano diretor intermunicipal ou municipal e outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, até 13 de julho de 2020.*

*2 - Compete às comissões de coordenação e desenvolvimento regional, com o apoio das entidades responsáveis pela elaboração dos planos especiais de ordenamento do território em vigor e das associações de municípios e municípios abrangidos por aqueles, a identificação, no prazo de um ano a contar da data da entrada em vigor da presente lei, das normas relativas aos regimes de salvaguarda de recursos territoriais e valores naturais diretamente vinculativas dos particulares que devam ser integradas em plano intermunicipal ou municipal.*

*3 - As normas identificadas pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional nos termos do número anterior, são comunicadas à associação de municípios ou município em causa, para efeitos de atualização dos planos intermunicipais e municipais, sendo aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 46.º*

*4 - Findo o prazo definido no n.º 1, os planos especiais continuam a vigorar mas deixam de vincular direta e imediatamente os particulares, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 46.º*

*5 - Aos planos especiais são aplicáveis, com as devidas adaptações e enquanto estes ainda vigorarem, as disposições relativas à alteração, suspensão e medidas preventivas aplicáveis aos planos intermunicipais e municipais.*

*6 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a alteração de planos especiais vigentes não pode ter lugar depois do procedimento de transposição determinado nos números anteriores, nem determinar uma dificuldade acrescida para a respetiva integração nos planos intermunicipais e municipais.*

Daqui resultou a necessidade/obrigação legal de transpor para o PDM do Concelho de Cuba o Plano Especial existente na nossa circunscrição geográfica, ou seja, o Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito, que havia sido aprovado através da Resolução do conselho de Ministros n.º 151/98, publicada no DR, 1.ª Série B, n.º 297, de 26 de dezembro de 1998. Vide Doc. n.º 1 -----

Regista-se pois que, embora estes planos continuem a vigorar, os mesmos deixam de ser aplicados a particulares e toda e qualquer ação pretendida por estes deve e tem que estar regulada no PDM, daí a necessidade de nele integrar as normas que foram julgados como de necessária transposição, tarefa despoletada pela CCDR Alentejo conforme previsto no n.º 2 do art.º 78.º em cima transcrito. Vide Doc. n.º 2 -----

Acontece porém que, face à pandemia COVID que nos assolou no último ano e meio, entendeu o legislador através do Dec. Lei n.º 3/2021, de 07 de janeiro, protelar o prazo de transposição do POAA para o PDM nos moldes seguintes: -----

*Artigo 2.º*

***Alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio***

*O artigo 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:*

*«Artigo 78.º*

*[...]*

*1 — O conteúdo dos planos especiais de ordenamento do território em vigor deve ser transposto, nos termos da lei, para o plano diretor intermunicipal ou municipal e outros planos intermunicipais ou municipais aplicáveis à área abrangida pelos planos especiais, até 13 de julho de 2021.*

O não cumprimento de tal obrigação tem as repercussões previstas no art.º 29.º do RJIGT, aprovado pela Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, onde o legislador determinou que:

*Artigo 29.º*

*A falta de atualização de planos territoriais*

1 - A não atualização do plano territorial, no prazo fixado nos termos do n.º 1 do artigo anterior, determina a suspensão das normas do plano territorial, intermunicipal ou municipal que deviam ter sido alteradas, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo.

2 - Após audição da câmara municipal, a realizar até ao 20.º dia útil anterior ao termo do prazo de atualização do plano territorial, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente deve, no dia seguinte ao termo do prazo de atualização emitir uma declaração identificando as normas objeto da suspensão prevista no número anterior, a qual deve ser publicitada no Diário da República e na plataforma colaborativa de gestão territorial, no prazo de 10 dias.

3 - A suspensão prevista no n.º 1 vigora desde o fim do prazo de atualização do plano territorial até à atualização do mesmo.

4 - A falta de iniciativa, por parte da entidade intermunicipal, da associação de municípios ou do município, tendente a desencadear o procedimento de atualização do plano territorial, bem como o atraso da mesma atualização por facto imputável às referidas entidades, determina a suspensão do respetivo direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais, até à data da conclusão do processo de atualização, bem como a não celebração de contratos-programa.

5 - Para efeitos do disposto no número anterior, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente deve solicitar à entidade intermunicipal, à associação de municípios ou ao município a apresentação, no prazo de 15 dias, de documentos que comprovem a iniciativa de atualização do plano territorial e que o atraso deste procedimento não se deve a facto que seja imputável àquelas entidades.

6 - Na falta de apresentação dos documentos previstos no número anterior, a suspensão é comunicada pela comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente às entidades intermunicipais, às associações de municípios ou ao município, bem como às entidades gestoras de apoios financeiros nacionais e comunitários, para efeitos da aplicação do disposto no n.º 4.

Visando evitar as consequências em cima enunciadas o Município de Cuba em articulação com os Serviços da CCDR Alentejo tem efetuado reuniões de trabalho com



o intuito de melhor solucionar esta questão, tendo-se chegado às seguintes conclusões: -----

1.º - A alteração ao PDM para integrar o POAA é competência própria da Câmara Municipal, que a deve realizar antes de 13 de julho de 2021 para não incorrer em violação do disposto no art.º 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual; -----

2.º - Uma vez aprovada essa alteração, a mesma deve ser dada a conhecer à CCDR Alentejo e à Assembleia Municipal; -----

3.º - Concluídas as diligências enunciadas em 2.º, a alteração deve ser remetida para depósito e publicação fazendo uso da plataforma eletrónica SSAIGT (Sistema de Submissão Automática dos Instrumentos de Gestão Territorial), incumbindo à DGT remeter a alteração da SSAIGT para a INCM visando a sua publicação em DRE. -----

4.º - A alteração a realizar e aprovar pela Câmara Municipal é efetuada ao abrigo do art.º 121.º do RJIGT utilizando-se pois o mecanismo jurídico da Alteração por Adaptação, cujas etapas em baixo melhor se detalham: -----

#### **Artigo 121.º** **Alteração por adaptação**

*1 - A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais decorre:*

*a) Da entrada em vigor de leis ou regulamentos;*

*b) Da entrada em vigor de outros programas e planos territoriais com que devam ser compatíveis ou conformes;*

*c) Do disposto no n.º 9 do artigo 72.º*

*2 - A alteração por adaptação dos programas e dos planos territoriais não pode envolver uma decisão autónoma de planeamento e limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo ou regulamentar ou do programa ou plano territorial que determinou a alteração.*

*3 - A alteração por adaptação dos programas ou de planos territoriais depende de mera declaração da entidade responsável pela elaboração do plano, a qual deve ser emitida, no prazo de 60 dias, através da alteração dos elementos que integram ou acompanham o instrumento de gestão territorial a alterar, na parte ou partes relevantes, aplicando-se o disposto no capítulo IX.*

*4 - A declaração referida no número anterior é transmitida previamente ao órgão competente pela aprovação do programa ou plano, quando este seja diferente do órgão responsável pela respetiva elaboração, sendo depois transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente e remetida para publicação e depósito, nos termos previstos no presente decreto-lei.*

Aqui chegados, e uma vez que o nosso PDM encontra-se em fase de Revisão, sendo expetável a sua conclusão em 2022, até por força da necessidade de até 31 de dezembro de 2022 nele incluir as regras de classificação e qualificação previstas no art.º 82.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo – **vide doc. n.º 3**, optámos por acrescentar ao atual regulamento do PDM – **vide doc. n.º 4** – uma Secção V denominada integração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito no PDM com o seguinte articulado:

#### **Secção V**

## **Integração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito no PDM**

### **Artigo 94.º**

#### **Disposições gerais relativas à zona de proteção**

1 - Na zona de proteção da albufeira são proibidas as seguintes atividades:

- a) O estabelecimento de indústrias que produzam ou usem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo ou de azoto;
- b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;
- c) O armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos;

2 - A ocupação turística na área de intervenção do POAA fica sujeita às seguintes regras gerais:

- a) Fora das áreas preferenciais de ocupação turística e do perímetro urbano de Oriola, só é admitida a instalação de estabelecimentos hoteleiros com uma capacidade máxima de 50 camas, de estabelecimentos de turismo rural, agroturismo ou turismo de habitação;
- b) A capacidade máxima de alojamento turístico na área de intervenção do Plano é a constante do anexo ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante;
- c) Não é permitida a ocupação com construções numa faixa de 100 m em torno da albufeira, medida a partir do seu nível de pleno armazenamento (NPA), à exceção das de apoio à utilização da albufeira;
- d) Não é permitida a localização de qualquer instalação turística na zona de proteção da albufeira confinante com a zona de proteção ambiental localizada no plano de água (definida pela linha mais curta entre a margem, no limite jusante da área de proteção e o limite da zona de proteção da albufeira);
- e) Os estabelecimentos de restauração e de bebidas só poderão ser instalados nas zonas preferenciais de implantação turística, em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo ou no perímetro urbano de Oriola;
- f) O licenciamento municipal de quaisquer instalações dependerá da garantia do adequado serviço de infraestruturas, da qualidade da oferta a promover e de outros elementos relevantes para o desenvolvimento local.

### **Artigo 95.º**

#### **Zonas**

1 - As zonas demarcadas na planta de síntese do POAA constituem parcelas da albufeira ou da sua zona de proteção que se apresentam como áreas homogêneas ao nível das componentes físicas ou socioeconómicas.

2 - São definidas no POAA as seguintes zonas da albufeira:

- 2.1) Áreas preferenciais de implantação turística;
- 2.2) Zonas de apoio às pistas de remo e canoagem;
- 2.3) Outras zonas.

### **Artigo 96.º**

#### **Rede Viária e Estacionamento**

1 - Para a zona T3, a que se refere o artigo 21.º do Regulamento do POAA, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/98, os traçados dos perfis transversais dos arruamentos deverão obedecer os seguintes parâmetros mínimos de dimensionamento:

- a) 5 m de faixa de rodagem, para a rede viária principal;
- b) 4,5 m de faixa de rodagem, para a rede viária secundária.

2 - Para efeitos do cálculo da área de estacionamento necessária a veículos ligeiros, deve considerar-se:

- a) Uma área bruta mínima de 20 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento à superfície;



b) Uma área bruta mínima de 25 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento em estrutura edificada, enterrada ou não.

3 - Para efeitos de cálculo da área de estacionamento necessária a veículos pesados de passageiros, deve considerar-se:

a) Uma área bruta de 75 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento à superfície;

b) Uma área bruta de 130 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento em estrutura edificada ou não.

4 - Para efeitos de cálculo de área de estacionamento para veículos, em relação a empreendimentos turísticos, dever-se-ão observar os seguintes parâmetros mínimos:

a) Um lugar por cada três camas, relativamente a estabelecimentos hoteleiros;

b) Um lugar por apartamento;

c) Cinco lugares por 100 m<sup>2</sup> de área bruta de construção, em restaurantes, bares e discotecas.

#### Artigo 97.º

##### Áreas preferenciais de implantação turística

1 - As estruturas e equipamentos turísticos devem ser localizados preferencialmente nas áreas especialmente vocacionadas para implantação turística.

2 - As zonas referidas no número anterior serão, obrigatoriamente, submetidas a um plano de pormenor.

3 - O plano de pormenor referido no n.º 2 poderá ser substituído por um projeto turístico, desde que este abranja toda a área delimitada na planta de síntese como zona preferencial de implantação turística.

4 — As zonas preferenciais de implantação turística organizam-se nas seguintes unidades de gestão, indicadas na planta de síntese e no anexo ao Regulamento do POAA, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/98:

a) Zona T1;

b) Zona T2;

c) Zona T3 (Oriola).

#### Artigo 98.º

##### Zona T1

1 - A zona T1 localiza-se na margem poente da albufeira e desenvolve-se entre o encontro poente da barragem, a albufeira e os limites da zona de proteção.

2 - Nesta zona admitem-se os seguintes tipos de ocupação:

a) Até à capacidade de 250 camas, podem ser instalados estabelecimentos hoteleiros classificados nos grupos a, b e d, respetivamente, hotéis, estalagens e hotéis-apartamentos, de acordo com a legislação aplicável;

b) Instalações desportivas e recreativas diversas, nomeadamente campos de ténis, piscinas, parque aquático, zonas de desporto livre, não podendo em caso algum a impermeabilização do solo exceder 10% da área total desta zona;

c) Um campo de golfe de 18 buracos;

d) Um centro hípico;

e) Um conjunto de apoio à praia, constituído por bar/restaurante, balneários, sanitários e posto de primeiros socorros;

f) Parques de merendas, devidamente equipados com mesas e bancos, sistemas de recolha de lixos, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água;

g) Instalações de apoio às atividades náuticas, constituídas por uma rampa-varadouro e jangadas ou pontões flutuantes para amarração das embarcações;

h) Um centro náutico comportando todas as infraestruturas

e equipamentos necessários à prática das atividades náuticas e ao abastecimento, conservação e manutenção das embarcações, evitando impactes negativos sobre a área envolvente.

- 3 - Todas as instalações, com exceção das referidas nas alíneas g) e h) do número anterior, deverão localizar-se fora da faixa de 100m adjacentes à linha do NPA.
- 4 - O índice máximo de construção é de 0,06 e o número máximo de pisos é de dois, ou seja, 6,5m para aldeamentos turísticos e 8m para hotéis e estalagens.

**Artigo 99.º**

**Zona T2**

- 1 - A zona T2 localiza-se junto ao encontro nascente da barragem, abrangendo os edifícios existentes.
- 2 - Nesta zona admitem-se os seguintes tipos de ocupação:
- a) Um restaurante com vistas panorâmicas sobre a albufeira e a envolvente;
  - b) Um parque para autocaravanas;
  - c) Um albergue da juventude e um centro de estágio, recuperando e adaptando, de preferência, os edifícios existentes na zona.
- 3 — O número máximo de pisos admitido para as edificações previstas no número anterior é de um.

**Artigo 100.º**

**Zona T3**

- 1 - A zona T3 localiza-se junto ao aglomerado urbano de Oriola.
- 2 - Nesta zona admitem-se os seguintes tipos de ocupação:
- a) Um parque de campismo com capacidade máxima para 300 pessoas, incluindo instalações de apoio, tais como restaurante, sala de convívio/jogos, loja alimentar e um máximo de nove apartamentos;
  - b) Instalações desportivas e recreativas, tais como campos de ténis e piscinas.
- 3 - O número máximo de pisos admitido para as edificações previstas no número anterior é de um.

**Artigo 101.º**

**Outras zonas**

- 1 - Estas zonas integram as seguintes áreas, assinaladas na planta de síntese do POAA:
- a) Montado de sobro com funções predominantes de proteção e recuperação;
  - b) Montado de sobro;
  - c) Montado de azinho;
  - d) Outras áreas florestais ou silvo-pastoris;
  - e) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
  - f) Outras áreas agrícolas.
- 2 - Nas áreas referidas no n.º 1 só são admitidas novas construções se destinadas a:
- a) Apoiar a atividade agrícola ou florestal;
  - b) Habitação dos proprietários ou titulares dos direitos de exploração e dos trabalhadores permanentes;
  - c) Turismo de habitação, turismo rural e agroturismo;
  - d) Realizar as ações previstas no n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento do POAA, nomeadamente as instalações de apoio a parque de campismo e equipamento hoteleiro.
- 3 — É de dois o número máximo de pisos das construções admitidas nos termos do número anterior.

**Artigo 102.º**

**Disposições Finais**

Os artigos 94.º a 101.º, agora acrescentados ao PDM, entram em vigor no dia seguinte à sua publicação em DRE.

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----



1.º - Dando cumprimento ao disposto no art.º 78.º da Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na redação do Decreto-Lei n.º 3/2021, de 7 de janeiro, fazendo uso das competências que o legislador lhe atribui através do n.º 3 do art.º 121.º do RJGT, **aprovar a alteração por adaptação do PDM para nele integrar as normas do Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito** que visam produzir efeitos jurídicos sobre os particulares.

1.1.º - Em sintonia com o n.º 1.º determinar que seja acrescida ao Regulamento do PDM do Concelho de Cuba uma Secção V com o seguinte teor: -----

## **Secção V**

### **Integração do Plano de Ordenamento da Albufeira de Alvito no PDM**

#### **Artigo 94.º**

##### **Disposições gerais relativas à zona de proteção**

1 - Na zona de proteção da albufeira são proibidas as seguintes atividades:

- a) O estabelecimento de indústrias que produzam ou usem produtos químicos tóxicos ou com elevados teores de fósforo ou de azoto;
- b) A instalação de explorações pecuárias intensivas, incluindo as avícolas;
- c) O armazenamento de pesticidas e de adubos orgânicos ou químicos;

2 - A ocupação turística na área de intervenção do POAA fica sujeita às seguintes regras gerais:

- a) Fora das áreas preferenciais de ocupação turística e do perímetro urbano de Oriola, só é admitida a instalação de estabelecimentos hoteleiros com uma capacidade máxima de 50 camas, de estabelecimentos de turismo rural, agroturismo ou turismo de habitação;
- b) A capacidade máxima de alojamento turístico na área de intervenção do Plano é a constante do anexo ao presente Regulamento, que dele faz parte integrante;
- c) Não é permitida a ocupação com construções numa faixa de 100 m em torno da albufeira, medida a partir do seu nível de pleno armazenamento (NPA), à exceção das de apoio à utilização da albufeira;
- d) Não é permitida a localização de qualquer instalação turística na zona de proteção da albufeira confinante com a zona de proteção ambiental localizada no plano de água (definida pela linha mais curta entre a margem, no limite jusante da área de proteção e o limite da zona de proteção da albufeira);
- e) Os estabelecimentos de restauração e de bebidas só poderão ser instalados nas zonas preferenciais de implantação turística, em estabelecimentos hoteleiros, parques de campismo ou no perímetro urbano de Oriola;
- f) O licenciamento municipal de quaisquer instalações dependerá da garantia do adequado serviço de infraestruturas, da qualidade da oferta a promover e de outros elementos relevantes para o desenvolvimento local.

#### **Artigo 95.º**

##### **Zonas**

1 - As zonas demarcadas na planta de síntese do POAA constituem parcelas da albufeira ou da sua zona de proteção que se apresentam como áreas homogêneas ao nível das componentes físicas ou socioeconómicas.

2 - São definidas no POAA as seguintes zonas da albufeira:

- 2.1) Áreas preferenciais de implantação turística;
- 2.2) Zonas de apoio às pistas de remo e canoagem;
- 2.3) Outras zonas.

#### **Artigo 96.º**

## Rede Viária e Estacionamento

1 - Para a zona T3, a que se refere o artigo 21.º do Regulamento do POAA, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/98, os traçados dos perfis transversais dos arruamentos deverão obedecer os seguintes parâmetros mínimos de dimensionamento:

- a) 5 m de faixa de rodagem, para a rede viária principal;
- b) 4,5 m de faixa de rodagem, para a rede viária secundária.

2 - Para efeitos do cálculo da área de estacionamento necessária a veículos ligeiros, deve considerar-se:

- a) Uma área bruta mínima de 20 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento à superfície;
- b) Uma área bruta mínima de 25 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento em estrutura edificada, enterrada ou não.

3 - Para efeitos de cálculo da área de estacionamento necessária a veículos pesados de passageiros, deve considerar-se:

- a) Uma área bruta de 75 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento à superfície;
- b) Uma área bruta de 130 m<sup>2</sup> por cada lugar de estacionamento em estrutura edificada ou não.

4 - Para efeitos de cálculo de área de estacionamento para veículos, em relação a empreendimentos turísticos, dever-se-ão observar os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Um lugar por cada três camas, relativamente a estabelecimentos hoteleiros;
- b) Um lugar por apartamento;
- c) Cinco lugares por 100 m<sup>2</sup> de área bruta de construção, em restaurantes, bares e discotecas.

### Artigo 97.º

#### Áreas preferenciais de implantação turística

1 - As estruturas e equipamentos turísticos devem ser localizados preferencialmente nas áreas especialmente vocacionadas para implantação turística.

2 - As zonas referidas no número anterior serão, obrigatoriamente, submetidas a um plano de pormenor.

3 - O plano de pormenor referido no n.º 2 poderá ser substituído por um projeto turístico, desde que este abranja toda a área delimitada na planta de síntese como zona preferencial de implantação turística.

4 — As zonas preferenciais de implantação turística organizam-se nas seguintes unidades de gestão, indicadas na planta de síntese e no anexo ao Regulamento do POAA, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/98:

- a) Zona T1;
- b) Zona T2;
- c) Zona T3 (Oriola).

### Artigo 98.º

#### Zona T1

1 - A zona T1 localiza-se na margem poente da albufeira e desenvolve-se entre o encontro poente da barragem, a albufeira e os limites da zona de proteção.

2 - Nesta zona admitem-se os seguintes tipos de ocupação:

- a) Até à capacidade de 250 camas, podem ser instalados estabelecimentos hoteleiros classificados nos grupos a, b e d, respetivamente, hotéis, estalagens e hotéis-apartamentos, de acordo com a legislação aplicável;
- b) Instalações desportivas e recreativas diversas, nomeadamente campos de ténis, piscinas, parque aquático, zonas de desporto livre, não podendo em caso algum a impermeabilização do solo exceder 10% da área total desta zona;
- c) Um campo de golfe de 18 buracos;
- d) Um centro hípico;



- e) Um conjunto de apoio à praia, constituído por bar/restaurante, balneários, sanitários e posto de primeiros socorros;
- f) Parques de merendas, devidamente equipados com mesas e bancos, sistemas de recolha de lixo, locais para foguear, equipamento de prevenção de incêndios e pontos de água;
- g) Instalações de apoio às atividades náuticas, constituídas por uma rampa-varadouro e jangadas ou pontões flutuantes para amarração das embarcações;
- h) Um centro náutico comportando todas as infraestruturas e equipamentos necessários à prática das atividades náuticas e ao abastecimento, conservação e manutenção das embarcações, evitando impactes negativos sobre a área envolvente.
- 3 - Todas as instalações, com exceção das referidas nas alíneas g) e h) do número anterior, deverão localizar-se fora da faixa de 100m adjacentes à linha do NPA.
- 4 - O índice máximo de construção é de 0,06 e o número máximo de pisos é de dois, ou seja, 6,5m para aldeamentos turísticos e 8m para hotéis e estalagens.

#### Artigo 99.º

##### Zona T2

- 1 - A zona T2 localiza-se junto ao encontro nascente da barragem, abrangendo os edifícios existentes.
- 2 - Nesta zona admitem-se os seguintes tipos de ocupação:
- a) Um restaurante com vistas panorâmicas sobre a albufeira e a envolvente;
- b) Um parque para autocaravanas;
- c) Um albergue da juventude e um centro de estágio, recuperando e adaptando, de preferência, os edifícios existentes na zona.
- 3 — O número máximo de pisos admitido para as edificações previstas no número anterior é de um.

#### Artigo 100.º

##### Zona T3

- 1 - A zona T3 localiza-se junto ao aglomerado urbano de Oriola.
- 2 - Nesta zona admitem-se os seguintes tipos de ocupação:
- a) Um parque de campismo com capacidade máxima para 300 pessoas, incluindo instalações de apoio, tais como restaurante, sala de convívio/jogos, loja alimentar e um máximo de nove apartamentos;
- b) Instalações desportivas e recreativas, tais como campos de ténis e piscinas.
- 3 - O número máximo de pisos admitido para as edificações previstas no número anterior é de um.

#### Artigo 101.º

##### Outras zonas

- 1 - Estas zonas integram as seguintes áreas, assinaladas na planta de síntese do POAA:
- a) Montado de sobro com funções predominantes de proteção e recuperação;
- b) Montado de sobro;
- c) Montado de azinho;
- d) Outras áreas florestais ou silvo-pastoris;
- e) Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- f) Outras áreas agrícolas.
- 2 - Nas áreas referidas no n.º 1 só são admitidas novas construções se destinadas a:
- a) Apoiar a atividade agrícola ou florestal;
- b) Habitação dos proprietários ou titulares dos direitos de exploração e dos trabalhadores permanentes;
- c) Turismo de habitação, turismo rural e agroturismo;

d) Realizar as ações previstas no n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento do POAA, nomeadamente as instalações de apoio a parque de campismo e equipamento hoteleiro.

3 — É de dois o número máximo de pisos das construções admitidas nos termos do número anterior.

Artigo 102.º  
**Disposições Finais**

Os artigos 94.º a 101.º, agora acrescentados ao PDM, entram em vigor no dia seguinte à sua publicação em DRE.

ANEXO  
**Capacidade máxima de população a instalar na zona de proteção da albufeira (1)**  
[alínea b) do n.º 2 do artigo 94.º do Regulamento do PDM]

Ocupação/ zonas	Área (hectares)	Estabelecimen- tos hoteleiros (camas)	Parques de campismo (habitantes)	Parque de caravanas (habitantes)	Turismo rural, turismo de habitação e agroturismo (habitantes)	Albergue de juventude (habitantes)	Observações
T1 .....	90	250	---	---	---	---	Índice de
T2 .....			---				construção —
T3 (Oriola) ..	13	---	---	60	---	50	0,06
							20 caravanas
Restantes	3	---	300	---	---	---	100
zonas							pessoas/ha,
incluídas na							incluindo 3
zona							apartamentos/
de proteção.	2352	50	200	---	(2) 40	--	há.
							(1).
Total...	2458	300	500	60	40	50	950
							Habitantes

(1) Com exclusão da população residente em Oriola (460 habitantes — Censo de 1991).

(2) Nos casos de turismo rural, turismo de habitação ou agroturismo, o número do aglomerado de cada «monte» será projetado com base na legislação em vigor.

2.º - Da deliberação tomada dar conhecimento à Assembleia Municipal; -----

3.º - Transmitir à CCDR Alentejo a alteração por adaptação do PDM agora preconizada;

4.º - Cumpridas as tarefas enunciadas em 2.º e 4.º remeter a alteração para Depósito na DGT e para Publicação em DRE. -----

**13. PROGRAMA DE APOIO ABRAÇAR A ECONOMIA LOCAL – RELATÓRIO N.º 3 DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS.** -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 3/2021, do Gabinete de Estudos e Projetos, cujo teor se transcreve: -----

” De acordo com o estipulado no artigo 9.º do Regulamento n.º 255/2021 de 18 de março de 2021 (Regulamento “Abraçar a Economia Local”), a comissão de análise



designada pela Câmara Municipal na reunião de 03 de Março de 2021, procedeu à análise de 4 candidaturas que, de acordo com o estipulado no artigo 5.º e 6.º do normativo legal acima mencionado, reuniram os requisitos necessários para serem admitidas para análise. -----

Na sequência da informação GEP 02/2021, de 15/06/2021, na qual foi referido, "... sendo que 2 encontram-se a aguardar documentação em falta ..." Foi agora entregue a documentação, pelo que procedeu-se à avaliação da mesma. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o relatório n.º 3 elaborado pela comissão de análise que seguidamente se transcreve: -----

### **RELATÓRIO N.º 3 DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS AO PROGRAMA DE APOIO ABRAÇAR A ECONOMIA LOCAL**

#### **1. Introdução.**

De acordo com o estipulado no artigo 9.º do Regulamento n.º 255/2021 de 18 de março de 2021 (Regulamento "Abraçar a Economia Local"), a comissão de análise designada pela Câmara Municipal na reunião de 03 de Março de 2021, procedeu à análise de 1 candidatura que, de acordo com o estipulado no artigo 5.º e 6.º do normativo legal acima mencionado, reuniu os requisitos necessários para ser admitida para análise:

<b>Candidato</b>	<b>NIF</b>	<b>CAE</b>
Maria Aurélia Costa Carneira	142442828	96021

#### **2. Elementos de análise das candidaturas**

##### **2.1. Avaliação da documentação entregue de suporte à candidatura:**

- Formulário de candidatura;
- Declaração de Contabilista Certificado (CC) ou Revisor Oficial de Contas (ROC), quando no regime de contabilidade organizada;
- Certidão de não dívida à Segurança Social ou documento comprovativo de solicitação da regularização;
- Certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira ou documento comprovativo de solicitação da regularização;
- Informação Empresarial Simplificada, quando se aplique;
- Declaração de aceitação com compromisso de não encerramento da atividade enquanto o apoio durar;
- Verificação da existência de dívidas ao município.

##### **A. CANDIDATA MARIA AURÉLIA COSTA CARDEIRA**

A candidatura encontra-se instruída corretamente, cumpre os requisitos da elegibilidade previstos no artigo 2.º e 5.º do Regulamento, enquadrando-se no apoio de 750 € (setecentos e cinquenta euros) fixado na alínea a) do número 4 do mesmo artigo e a quebra de faturação verificada situa-se nos 31%, não havendo a registar qualquer dívida à Segurança Social, Autoridade Tributária e ao Município.

### 3. Resultado da análise das candidaturas.

Ao abrigo dos artigos 2.º, 5.º e 6.º do Regulamento n.º 255/2021 (Regulamento “Abraçar a Economia Local”), a Comissão de análise, após apreciação da candidatura, deliberou por unanimidade o seguinte:

- A candidatura de **Maria Aurélia Costa Carneira** encontra-se instruída corretamente, cumpre os requisitos da elegibilidade previstos no artigo 2.º e 5.º do Regulamento, enquadrando-se no apoio de 750 € (setecentos e cinquenta euros) fixado na alínea a) do número 4 do artigo 2.º por remissão da alínea b) do número 2 do artigo 5.º, não havendo a registar qualquer dívida à Segurança Social e à Autoridade Tributária. Ao Município, encontra-se a pagar o plano de pagamentos.

Assim, está a candidatura em conformidade com o regulamento, não apresenta vícios, pelo que propomos a sua aprovação pela câmara.

Elaborado e aprovado por unanimidade dos membros da comissão de análise em 05 de julho de 2021.

(José António Cabrita) (Carmen Arrojado Estrela) (Vitor Miguel Raminhos)

#### 14. PRÉDIO DEVOLUTO SITO NA RUA ÁLVARO DE CASTELÕES, N.º 47, EM CUBA. PROBLEMA DE SEGURANÇA, SAÚDE E SALUBRIDADE NOS PRÉDIOS CONFINANTES. AUSÊNCIA DE RESPOSTA DOS HERDEIROS AOS PEDIDOS PARA LIMPEZA DO LOGRADOURO. PROPOSTA DE POSSE ADMINISTRATIVA PARA LIMPEZA E DESMATAÇÃO DO LOGRADOURO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 105/2021 do Gabinete Municipal de Proteção Civil, cujo teor se transcreve: -----

“Relativamente ao referido assunto, na sequência de reclamação apresentada pelos proprietários dos prédios confinantes, Sr. Miguel Mariano e o Sr. José Sousa, alertando para a ausência de limpeza do logradouro entendendo os reclamantes poder configurar uma situação de insalubridade colocando em perigo a saúde pública para além de ser um potencial foco de incêndio atendendo à vegetação que se encontra no local, juntando também a degradação do prédio. Vide doc. n.º 1. -----

Atento à situação, o técnico do GMPC deslocou-se ao local afim de comprovar os fatos



relatados. -----

Em 14 de maio de 2021 através da informação n.º 72/2021, foi formalizada uma notificação com aviso de receção junto dos proprietários com a finalidade de executarem os trabalhos de limpeza do logradouro do prédio, sendo definido um prazo de 30 dias para a execução dos mesmos. Vide doc. n.º 2. -----

Na data de 01 de junho de 2021 recebemos as notificações que foram devolvidas em virtude de as mesmas não terem sido entregues (não reclamadas) tendo sido as mesmas notificações enviadas em correio normal nesse mesmo dia. Vide doc. n.º 3. Até à presente data, não recebemos qualquer feedback dos proprietários sendo que a situação persiste, com tendência a agravar-se no período de verão. -----

Ora, no contexto em cima exposto sugeriu-nos a UAJDCS a utilização da figura da Posse Administrativa, ainda que como o último dos recursos, dado que na maioria das vezes a câmara não consegue ser ressarcida dos gastos pelo que o uso deste mecanismo deve ser usado com parcimónia. -----

Verificando-se que até à presente data não foi realizada qualquer intervenção no local por parte dos proprietários, mantendo-se assim a existência de situações de risco para as habitação contígua e transeuntes, acentuadas pela agravamento do estado de degradação do prédio, torna-se assim imperativamente necessário o recurso à figura da posse administrativa, de modo a permitir a realização coerciva por parte da Autarquia das obras consideradas necessárias nos termos das disposições conjugadas dos artigos 91.º e 107.º e 108.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua redação atual. -----

Foi assim efetuada a quantificação, de acordo com o mapa anexo – Vide doc. n.º 4 - à presente informação, de todos os trabalhos necessários, bem como a respetiva estimativa de custos, sendo o custo efetivo de realização das obras imputado ao proprietário, de acordo o disposto no n.º1 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro na sua redação atual, sendo que de acordo com o n.º 2 do citado artigo em caso de não pagamento voluntário poderão as quantias ser cobradas judicialmente em processo de execução fiscal. -----

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 107.º do referido diploma legal, deverá o ato administrativo que determinar a posse administrativa ser notificado aos proprietários que encontrando-se em parte incerta, propõe-se o Recurso ao Edital a afixar nos locais

de estilo e no site da autarquia, propondo-se o prazo de 10 dias para sua duração e realização das obras por parte da Autarquia. -----

Deverá em sede do Edital fazer-se alusão aos custos que impendem sobre os herdeiros e declarar que a alienação do imóvel fica com o ónus prévio de liquidação da quantia inerente à execução dos trabalhos – 672,80€ (valor previsional).” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou: -----

1.º - Ao abrigo do art.º 91.º do RJUE determinar a posse administrativa do imóvel sito na Rua Álvaro de Castelões, n.º 47, em Cuba, para no prédio poder executar os trabalhos inerentes à limpeza do logradouro, uma vez que a vegetação existente põe em perigo os prédios confinantes; -----

2.º - Determinar que essa posse administrativa seja executada através de auto lavrado no local; -----

3.º - Determinar que a posse administrativa tenha a durabilidade de 10 dias, contados da data do auto e que a mesma seja notificada aos proprietários por edital; -----

4.º - Aprovar o mapa resumo de custos em anexo, e dele dar conhecimento aos proprietários para os fins previstos no art.º 108.º do RJUE. -----

5.º - Deverá em sede do Edital fazer-se alusão aos custos que impendem sobre os herdeiros e declarar que a alienação do imóvel fica com o ónus prévio de liquidação da quantia inerente à execução dos trabalhos – 672,80€ (valor previsional). -----

#### **15. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 54, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: "Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar na sequência do despacho da Sra. Vereadora Dr.ª Noémia Ramos, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais.-----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

1) Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total: .....3.392,50 €



2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP:

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Comparticipação total a efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

**Face ao exposto cumpre-me concluir:**

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 07 de Julho de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação da candidatura. -----

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021 , cuja despesa global que agora se apresenta no valor de 3.392,50 € para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

Mais deliberou a Câmara determinar que os efeitos práticos da presente deliberação ficarão condicionados à futura alteração orçamental que dotará as rubricas necessárias dos encargos mencionados na informação. -----

**16. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA CÂMARA MUNICIPAL DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 55, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar na sequência do despacho da Sra. Vereadora Dr.<sup>a</sup> Noémia Ramos, que é intenção desta autarquia, apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

1) Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total : .....3.392,50 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP:

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses ..... 629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Face ao exposto cumpre-me concluir:

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 07 de Julho de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação da candidatura. -----

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021, cuja despesa global que agora se apresenta no valor de 3.392,50 € para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais." ----



A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

Mais deliberou a Câmara determinar que os efeitos práticos da presente deliberação ficarão condicionados à futura alteração orçamental que dotará as rubricas necessárias dos encargos mencionados na informação. -----

**17. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 56, do SASS, cujo conteúdo se transcreve:

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar, que na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Cuba, a S.A.S.S. informa que irá apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEPF para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

**1) Valores globais: -----**

1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00.€

Total : .....3.392,50 €

**2) Comparticipação a efetuar pelo IEPF:**

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEPF: .....2.106,29 €

**3) Atendendo à comparticipação por parte do IEPF, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:**

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 07 de Julho de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação e a despesa da referida candidatura. Mais, atenta a deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de fevereiro de 2021, que delegou na Câmara Municipal a possibilidade de atribuição excecional de outras verbas às freguesias em casos específicos e fundamentados, registamos a dispensa de remessa do assunto a deliberação da Assembleia Municipal, existindo apenas a obrigatoriedade de reporte da transferência agora legitimada, o que deve ocorrer na primeira sessão daquele órgão que ocorrer no ano civil e económico de 2022." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

Mais deliberou a Câmara determinar que os efeitos práticos da presente deliberação ficarão condicionados à futura alteração orçamental que dotará as rubricas necessárias dos encargos mencionados na informação. -----

#### **18. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE CUBA - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS. -----**

Foi presente à Câmara a informação n.º 57, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar, que na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Cuba, a S.A.S.S. informa que irá apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

1) Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €



1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €  
 1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €  
 Total : .....3.392,50 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEPF: -----

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses.....2.106,29 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEPF: .....2.106,29 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEPF, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 07 de Julho de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação e a despesa da referida candidatura. -----

Mais, atenta a deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de fevereiro de 2021, que delegou na Câmara Municipal a possibilidade de atribuição excecional de outras verbas às freguesias em casos específicos e fundamentados, registamos a dispensa de remessa do assunto a deliberação da Assembleia Municipal, existindo apenas a obrigatoriedade de reporte da transferência agora legitimada, o que deve ocorrer na primeira sessão daquele órgão que ocorrer no ano civil e económico de 2022." -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

Mais deliberou a Câmara determinar que os efeitos práticos da presente deliberação ficarão condicionados à futura alteração orçamental que dotará as rubricas necessárias dos encargos mencionados na informação. -----

-----  
**19. SUBMISSÃO DE UMA CANDIDATURA CEI+ PELA JUNTA DE FREGUESIA DE FARO DO ALENTEJO - 1 VAGA - AÇÃO SERVIÇOS GERAIS.** -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 58, do SASS, cujo conteúdo se transcreve: -----

"Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre informar, que na sequência do acordo entre o Município de Cuba e a Junta de Freguesia de Faro do Alentejo, a S.A.S.S. informa que irá apresentar uma candidatura CEI+ no âmbito dos Programas de Emprego ao IEFP para a integração de um trabalhador na área Serviços Gerais. -----

Assim é pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar a Junta de Freguesia nesta candidatura. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

1) Valores globais: -----

1.1 - Bolsa mensal: 438,81 € x 1 pessoa x 6 meses .....2.632,86 €

1.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

1.3 - Seguro de Acidentes pessoais:..... 130,00 €

Total: .....3.392,50 €

2) Comparticipação a efetuar pelo IEFP:

2.1 Bolsa mensal: 351,05 € (80% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....2.106,29 €

Comparticipação total e efetuar pelo IEFP: .....2.106,29 €

3) Atendendo à comparticipação por parte do IEFP, nos termos previstos na legislação supracitada, conclui-se que os custos a suportar por esta autarquia são os seguintes:

3.1 Bolsa mensal: 87,76 € (20% do IAS) x 1 pessoa x 6 meses .....526,57 €

3.2 - Subsídio de alimentação: 100,17 € x 1 pessoa x 6 meses .....629,64 €

3.2 - Seguro de Acidentes pessoais: ..... 130,00 €

Total a cargo da entidade .....1286,21 €

Face ao exposto cumpre-me concluir: -----

- por força das competências que são cometidas ao Presidente do órgão executivo do município pela alínea o) do n.º 1 do art. 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, no que concerne ao estabelecimento e distribuição da ordem do dia das reuniões desse mesmo órgão, deve a presente informação ser remetida à reunião ordinária da câmara municipal que terá lugar no próximo dia 07 de Julho de 2021, para que nela possa ser deliberado a aprovação e a despesa da referida candidatura.



Mais, atenta a deliberação tomada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 26 de fevereiro de 2021, que delegou na Câmara Municipal a possibilidade de atribuição excecional de outras verbas às freguesias em casos específicos e fundamentados, registamos a dispensa de remessa do assunto a deliberação da Assembleia Municipal, existindo apenas a obrigatoriedade de reporte da transferência agora legitimada, o que deve ocorrer na primeira sessão daquele órgão que ocorrer no ano civil e económico de 2022. -----

Em caso de ser deliberado deverá o Sr. Presidente solicitar à subunidade Financeira, a devida cabimentação do valor 1286,21 €, para o ano 2021 , cuja despesa global que agora se apresenta no valor de 3.392,50 € para fazer face às despesas suportadas pelas entidades acima referidas no âmbito das candidaturas aos programas sociais." ----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter a candidatura assumindo os encargos decorrentes da aprovação da mesma. -----

Mais deliberou a Câmara determinar que os efeitos práticos da presente deliberação ficarão condicionados à futura alteração orçamental que dotará as rubricas necessárias dos encargos mencionados na informação. -----

**20. CARLOS FILIPE SANTOS. PROCESSO N.º 17/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. RUA MICHEL GIACOMETTI, LOTE 4, EM CUBA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 30 de junho de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE, na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**21. PREDICUBA. PROCESSO N.º 18/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. COURELAS DA IGREJA, LOTE 4, EM CUBA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 6 de julho de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

-----  
**22. PREDICUBA. PROCESSO N.º 19/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. COURELAS DA IGREJA, LOTE 3, EM CUBA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 6 de julho de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----  
-----

**23. PREDICUBA. PROCESSO N.º 20/2021. CONSTRUÇÃO DE MORADIA UNIFAMILIAR. COURELAS DA IGREJA, LOTE 2, EM CUBA. -----**

Foi proferido despacho de aceitação da presente comunicação prévia, em 6 de julho de 2021, nos termos do art.º 34.º do RJUE na redação atual do Dec-Lei n.º 134/2014, de 9 de setembro, para realização dos trabalhos pelo prazo de 12 meses, conforme calendarização apresentada. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----  
-----

**24. MARIA ESPERANÇA CARVALHO CALCA BARBADO. PROCESSO N.º 14/2021. REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA. RUA DA FÁBRICA, N.º 11, EM VILA RUIVA. -----**

Vem a requerente submeter a apreciação, o projeto de arquitetura para a remodelação e ampliação de uma moradia em zona urbana consolidada, da freguesia de Vila Ruiva. A Câmara, por unanimidade, com base na Informação do Serviço de Urbanismo, deliberou aprovar o projeto de arquitetura e notificar a requerente para, de acordo com o disposto no n.º 4, do art.º 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na redação atual do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro, apresentar no prazo de 6 meses, a contar da data de notificação da Câmara Municipal, os projetos das especialidades constantes da informação. -----  
-----

**25. RUI COSTA FERREIRA, CONSULTORIA, LDA. PROCESSO N.º 15/2021. PEDIDO DE**



**LICENCIAMENTO. CONSTRUÇÃO DE PISCINA, PÉRGULA E UM DECK, HERDADE DO GIZO, MORADIA 34, EM CUBA. -----**

Vem o requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 3 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

**26. DUARTE JOSÉ GASPAR SERRANO. PROCESSO N.º 8/2021. PEDIDO DE LICENCIAMENTO – REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO, RUA AUGUSTA, 126, EM CUBA. ----**

Vem o requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 6 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

**27. JOSÉ JOAQUIM NEVES GALO – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE. PROCESSO N.º 28/2020. PEDIDO DE LICENCIAMENTO – CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM, PARQUE EMPRESARIAL DA QUINTA DA GRACIOSA, LOTE 1, EM CUBA. -----**

Vem o requerente solicitar a aprovação do licenciamento da obra em título. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na informação técnica, ao abrigo do n.º 4, do art.º 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, deliberou aprovar o licenciamento fixando em 12 meses o prazo para execução dos trabalhos conforme calendarização apresentada. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10,40 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico, redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

